

MUNICÍPIO DE LAGOA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA

-----Ata n.º 02/2021-----

-----2ª Sessão Extraordinária de 2021-----

-----10 de novembro de 2021-----

----- Ao décimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Lagoa em Sessão Extraordinária, no Auditório Carlos do Carmo, em Lagoa, sob a presidência do Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, **José Manuel Correia Águas da Cruz**, coadjuvado por **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato** e **Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes**, respetivamente 1º Secretário e 2ª Secretária.-----

-----Estiveram presentes os seguintes Membros Municipais:-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA	FORÇA POLÍTICA
José Joaquim Barroso Alves Pinto	Movimento Lagoa Primeiro
José Inácio Marques Eduardo	Partido Social Democrata
Luís Pedro Vieira Ribeiro	Partido Socialista
Carlos Manuel dos Reis Ramos	Partido Socialista
Maria Licínia Mendes Lourenço	Partido Socialista
Rute Alexandra Barroso Sobreira	Movimento Lagoa Primeiro
Maria de Lurdes Rego Alemão	Chega
Tânia Isabel Ramos Limão	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge Braz da Silva	Partido Socialista
Carla Isabel de Jesus Serol	Partido Socialista
Victor Manuel Grade Martins Sobral	Partido Socialista
Diamantino José Ernesto Ruivinho	Movimento Lagoa Primeiro
Elsa Maria Vieira Mendes	Partido Socialista
Telma Isabel Alberto Viana	Partido Social Democrata
Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos	Bloco de Esquerda
Tiago Manuel Valdire Lopes	Partido Socialista



Carlota Dolores Cardoso Andrade	Coligação Democrática Unitária
Vitor Manuel Gonçalves dos Santos	Partido Socialista
Joaquim João Lopes Paulo	Presidente da União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (Partido Socialista)
Joaquim Dimas Neto Varela	Presidente da União de Freguesias de Estombar e Parchal (Partido Socialista)
Luís José Soares Bentes	Presidente da Junta de Freguesia de Porches (Partido Socialista)
Luís Filipe dos Santos Alberto	Presidente da Junta de Freguesia de Ferragudo (Partido Socialista)

-----A Câmara Municipal de Lagoa esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:-----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Luís António Alves Encarnação	Presidente da Câmara Municipal (PS)
Anabela Simão Correia Rocha Correia Rocha	Vice-Presidente da Câmara Municipal (PS)
Francisco José Malveiro Martins	Vereador sem pelouro (MLP)
Ana Cristina Tiago Martins	Vereadora (PS)
Rúben Patrício Infante Palma	Vereador (PS)
Mário José Costa Vieira	Vereador sem pelouro (PSD)
Mário Fernando Rodrigues Guerreiro	Vereador (PS)

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, desejou boa noite e as boas vindas à sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 10 de novembro de 2021, saudando em seguida o senhor Presidente da Câmara Municipal, a senhora Vice-Presidente, as senhoras e os senhores Vereadores, as senhoras e senhores Deputados Municipais, com especial saudação para os Deputados Municipais que iniciam naquele dia o seu mandato no quadriénio 2021-2025, e os cidadãos presentes na sessão, que são a principal motivação para que os membros da Assembleia desenvolvam o seu trabalho. Fez, também, uma saudação muito especial aos técnicos da autarquia presentes que os assistem e que tornaram possível a realização daquela Assembleia Municipal, garantindo a observância de todas as regras e recomendações da Direção Geral de Saúde, por forma a que aquela sessão decorra nas devidas condições de segurança sanitária, bem como nas adequadas condições sonoras. Informou-se que, como habitualmente, os procedimentos de segurança sanitária a



observar na sessão são os mesmos que a da anterior, a primeira sessão que fizeram presencial no quadro da pandemia, e que se traduz no distanciamento físico dos lugares a ocupar, uso obrigatório de máscara e higienização das mãos e a não circulação após manuseamento de quaisquer documentos ou objetos, sendo os microfones higienizados logo após cada utilização. Lembrou-se que os microfones não podiam circular de mão em mão, sendo higienizados após cada utilização pelas assistentes de sala. Informou que a sessão é gravada em suporte áudio, para apoio à elaboração da ata da sessão, não sendo permitido o registo de som ou imagem sem autorização ou conhecimento prévio da Mesa. Advertiu-se ainda para que se desligassem os telemóveis ou fossem colocados em modo de silêncio, por forma a não interferir no normal desenvolvimento dos trabalhos, nem na qualidade da gravação. Em seguida, foram transmitidas as seguintes informações de carácter geral: iriam ser distribuídos, no início da sessão, um conjunto de fichas para recolha de dados pessoais das senhoras e senhores Deputados Municipais, para os efeitos constantes nos respetivos documentos, nomeadamente para efeitos de seguro bem como senhas de presença relativas à primeira reunião imediatamente a seguir à tomada de posse e à sessão daquele dia; que, após consulta prévia às senhoras e senhores Deputados Municipais e com a sua concordância, as convocatórias da sessão foram enviadas por correio eletrónico, modalidade que seria seguida em futuras convocatórias das próximas sessões e noutras comunicações dos serviços da assembleia municipal com as senhoras e os senhores Deputados Municipais; que, até à aprovação do Regimento relativo a este mandato, vigorará o Regimento aprovado para o mandato 2017-2021, que consta no portal da Assembleia Municipal, com o acesso [www.am-lagoa.pt](http://www.am-lagoa.pt). As comunicações com a Mesa e os serviços da Assembleia Municipal deverá ser dirigido para o seguinte endereço eletrónico: [presidencia@am-lagoa.pt](mailto:presidencia@am-lagoa.pt). -----

---- Feitas advertências e prestadas aquelas informações, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Lagoa de 10 de novembro de 2021. -----

----- A Sessão iniciou-se com a verificação da identidade e legitimidade do eleito Vítor Manuel Grade Martins dos Santos. Assim, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 44º n.º 3 da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, foi chamado Vítor Manuel Grade Martins Sobral, eleito para aquele órgão do município, por sufrágio direto e universal, em ato eleitoral realizado no dia 26 de setembro de 2021, que não teve oportunidade de tomar posse por razões que atempadamente justificou. Em seguida, procedeu-se ao juramento e assinatura por parte do senhor Vítor Manuel Grade Martins Sobral: «Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas». De seguida, foi dada a palavra à senhora Segunda Secretária da Mesa para fazer a chamada dos



senhores Deputados Municipais. Foi dada nota da substituição do senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita pelo senhor Deputado Municipal João Patrício Amaro Rocha que, por sua vez, se fez substituir pela senhora Deputada Municipal Tânia Isabel Ramos Limão. Constituída a Assembleia Municipal, deu-se início à Ordem de Trabalhos.-----

**I – Período de Intervenção dos Cidadãos:**

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou haver apenas uma única inscrição na Mesa para o uso da palavra neste período e declarou que os cidadãos presentes na sessão que, apesar de não terem feito a sua inscrição para o uso da palavra da forma estipulada, ou seja, através do endereço eletrónico constante do Edital e no prazo nele previsto, poderiam fazê-lo naquele momento, bastando entregar o pedido de inscrição para o uso da palavra, mencionando o nome, a residência e o assunto que pretendiam tratar. Apesar disso não se registaram mais inscrições. Confirmou-se a inscrição do cidadão Bruno Silva para esclarecimento do Edital nº47/2019, de 4 de junho de 2019. A Mesa foi verificar o teor do Edital mencionado e constatou que o mesmo não tratava das matérias que constavam da Ordem de Trabalhos da sessão. Assim, como o Regimento no seu artigo 36º nº 2, dispõe que nas sessões extraordinárias as intervenções dos cidadãos devem cingir-se à apresentação de assuntos de interesse municipal e pedidos de informação e esclarecimentos exclusivamente sobre pontos específicos da Ordem de Trabalhos, tratando-se de uma sessão extraordinária da Assembleia, aquele pedido de esclarecimento não era conforme ao Regimento, pelo que o mesmo não poderia ter lugar naquela sessão extraordinária. Contudo, a Mesa concedeu a faculdade ao cidadão Bruno Silva de expor, eventualmente, qualquer outro assunto que se enquadre na norma regimental, ou seja, assuntos de interesse municipal ou pedido de informação e de esclarecimentos exclusivamente sobre pontos da Ordem de Trabalhos da sessão. Esclareceu que aquela norma restritiva aplica-se apenas às sessões extraordinárias, pois em sessões ordinárias podem ser colocadas as questões que os cidadãos entendam pertinentes, no quadro e com observância do Regimento . -----

-----Tomou a palavra o cidadão **Bruno Silva** realizando a seguinte intervenção: «Boa noite. O que trazia aqui hoje era falar sobre este processo, visto que já se alonga há dois anos e meio, mas no entanto será oportuno numa outra Assembleia depois fazer aqui as questões que tenho para fazer e que depois possa esclarecer a quem fizer a pergunta».-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a compreensão e colaboração do cidadão e salientou que em dezembro havia





uma sessão ordinária da Assembleia Municipal e então poderia colocar as questões que entendesse. Não se tendo registado mais intervenções do público, iniciou-se o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

**II – Período de Antes da Ordem do Dia:-----**

- **Apreciação e deliberação de Atas de Sessões anteriores**

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa informou estar em apreciação as atas n.º 3 de 2021, da sessão ordinária de 23/06/2021, a ata n.º 5 de 2021, da sessão extraordinária de 21/07/2021, a ata n.º 6 de 2021, da sessão ordinária de 15/09/2021 e a ata n.º 7 de 2021, da sessão extraordinária de 14/10/2021. Relembrou-se que só poderiam votar os Deputados Municipais que tenham participado em cada uma das sessões. Seguidamente, procedeu-se à votação da ata n.º 3 de 2021, da sessão ordinária de 23/06/2021, tendo sido aprovada por unanimidade. Seguiu-se a votação da ata n.º 5 de 2021, referente à segunda sessão extraordinária de 21/07/2021 e que foi também aprovada por unanimidade. A ata n.º 6 de 2021, da quarta sessão ordinária de 15/09/2021 foi também colocada à votação, tendo sido aprovada, igualmente, por unanimidade. Por fim, a ata n.º 7 de 2021, da primeira sessão extraordinária do atual mandato, de 14/10/2021, referente à eleição da Mesa e sobre a qual todos os presentes poderiam votar porque também estiveram naquela sessão, foi aprovada por unanimidade.-----

**III – Período da Ordem do Dia:-----**

-----**1º Ponto – Apreciação da Alteração de Projeto – Aprofundamento e Alargamento do Canal de Navegação do Porto de Portimão – Avaliação de Impacte Ambiental – Consulta Pública - Parecer do Município de Lagoa..-----**

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa declarou abertas as inscrições para o uso da palavra naquele Ponto, tendo sido concedida a palavra ao senhor Deputado Municipal **Luís Filipe dos Santos Alberto**.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Luís Filipe dos Santos Alberto** cumprimentando os presentes e referindo que, relativamente ao projeto de alargamento e de aprofundamento do rio Arade, a Junta de Freguesia, tal como a Câmara Municipal, tomou posição e era dessa posição da Junta de Freguesia que quis falar um pouco. Essa posição foi alvo



de várias reuniões não só com o Executivo Municipal e com os seus técnicos, mas também iniciaram pela primeira vez, e tal como aquilo que prometeram aquando a candidatura, uma gestão participativa e participada, efetuaram na Junta de Freguesia, na sala de sessões da Assembleia de Freguesia, uma reunião bastante participada, com mais de 30 pessoas a falarem sobre o assunto e, em função daquilo que ouviram e também da posição da Junta e dos técnicos que foram ouvindo durante aquele tempo, a Junta de Freguesia, tal como a posição da Câmara Municipal, apresentou um parecer negativo relativamente ao aprofundamento. Mas um parecer negativo não apenas por serem do contra e não apenas por já no último estudo de impacto ambiental que esteve em consulta pública, terem também votado contra, mas um parecer negativo relativamente e fundamentado basicamente quanto à necessidade de aumentarem a capacidade de um porto de cruzeiros do rio Arade, não só de Portimão mas do rio Arade, em que a capacidade passava de cerca de 80 cruzeiros anuais para 219 cruzeiros anuais, logicamente restringidos aos 272 metros mas com todos os danos ambientais, socioculturais e socioeconómicos que iriam provocar. Como também diz o parecer, que pode ser consultado ou na internet ou na plataforma em que estão, mesmo no jornal que levou a público a sua posição, o parecer baseia-se fundamentalmente no quão é negativo para a bacia do Arade, quer a nível arqueológico, quer a nível ambiental, quer a nível piscatório, a todos os níveis, aquele aumento de capacidade do porto de cruzeiros. Contudo, frisavam também no mesmo parecer que não são contra a necessidade de manutenção e desassoreamento do rio Arade, que é necessário para a navegação, bem como não são contra todas as outras obras previstas, não falando ali como compensação, mas todas as outras obras que são necessárias para manter a qualidade enquanto vila piscatória, vila turística e a qualidade enquanto uma zona que potencia as suas zonas balneares. Para os senhores Deputados que não leram aquele estudo com mais atenção, frisou que todas as dragagens eram efetuadas durante o período estival, portanto entre junho e novembro com as praias do concelho conspurcadas e as limítrofes também, por essas dragagens. Frisou ainda que tamanha é a quantidade de destroços arqueológicos que iriam ser gerados por essas dragagens e que os técnicos locais e a nível do país ainda estão para verificar como é que seriam estudados, não só no primeiro ano das dragagens, mas durante os próximos anos, fora do seu contexto de quando foram retirados. Portanto, quer os fatores socio ambientais, quer os valores económicos, quer os valores naturais e da proteção civil que não foi cautelada, como era o exemplo dos derrames de um navio que entrasse no porto, para o qual não existia um plano de Proteção Civil. Disse, inclusive, que o estudo que foi efetuado relativamente ao ruído dizia que o outro lado do rio não iria ouvir nada enquanto ali estivessem 24 horas com os motores a trabalhar. Ainda frisaram, conseqüentemente, que em todo o mundo se encontram a abandonar aquela atividade nas grandes cidades de cruzeiros contínuos, face à



poluição que geram, porque inclusive o porto de Portimão e o projeto não previa o que chamam o short to ship, ou seja um plugin para quando o navio lá chegasse e enquanto estivesse parado, pudesse ser alimentado por corrente elétrica do porto. Isso também não estava contemplado bem como uma série de outras situações que iria descaracterizar o rio Arade, a vila e concelho de Lagoa, bem como ia colocar em causa todas as praias de Ferragudo face às dragagens que iriam existir. Logicamente, são a favor de uma dragagem do rio, mas não para aqueles fins e são a favor também que essas dragagens tenham em conta a renaturalização das pradarias marítimas, conhecidas em número 3, que é onde os peixes se reproduzem e onde esses ovos eclodem e geram novas espécies, bem como a criação de fundador regulado quer em frente à vila de Ferragudo quer na Praia Grande, de forma a não afetar os fundos marinhos e os achados arqueológicos, uma harmonização também que se quer há anos relativamente à zona da Praia da Angrinha de forma a que se possa ter um melhor equipamento público e que quiçá também termos uma zona onde possam estudar a fauna e a flora do rio Arade, numa espécie de um centro de investigação e outra das situações que, sendo um equipamento da APS não foi contemplada neste tudo, que é a recuperação do molhe de Ferragudo, tendo em conta o estado lastimoso em que se encontra, bem como as suas áreas adjacentes de praia que poderiam ser potenciadas conjuntamente, não com este projeto mas com outros projetos que venham a permitir que o rio Arade fique navegável e que sejam retiradas areias. Saudou a iniciativa do Município de Lagoa de consultar mais uma vez aquela Junta de Freguesia, de louvar também todos os técnicos às diferentes reuniões que tiveram, bem como saudou também a posição que foi tida, quer nessas reuniões quer junto da APS na última reunião que tiveram, bem como do parecer que foi dado no estudo de impacto ambiental.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** cumprimentou os presentes e desejou um bom trabalho autárquico a todos naquele mandato, pois estavam ali para tentar melhorar as condições e a qualidade de vida de todos os lagoenses. Sobre o ponto em discussão, a Câmara Municipal já tinha dado um parecer desfavorável sobre o anterior projeto. Depois disso a Câmara teve reuniões com o promotor onde apresentou as suas reivindicações. Perante isso houve uma alteração ao projeto onde a bacia de desaceleração a jusante foi deslocada, a outra bacia de rotação que fica em frente ao



porto teve uma redução de diâmetro. Todavia, estavam a falar de um desassoreamento que envolve 3 750 000 m<sup>3</sup>. Em 2007, 2008, houve um desassoreamento de 440 000 m<sup>3</sup> mas é uma diferença significativa. Assim, com aquele desassoreamento considera que as praias locais irão ser prejudicadas e, mais propriamente, logo no início a Praia da Angrinha que será reduzida substancialmente. No futuro, pensa que as praias serão prejudicadas com o tempo porque existirão falhas das camadas que são retiradas e com o tempo talvez ocorra movimentação. Por outro lado, alertou para algo que ainda não tinha ouvido, e que era o facto de poder ou não haver alguma instabilidade no futuro nos pilares das pontes, sabendo que estas estão a montante, mas com o tempo e com o movimento das águas poderão ou não os pilares ficarem em risco e aí, supôs, para que não haja essa dúvida, dever-se-ia tentar ter um relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Durante os trabalhos, o Deputado Municipal anterior já tinha referido, estar a pensar-se em iniciar os trabalhos em março e pelo período de seis meses, havendo uma época balnear que irá ser prejudicada, estando em causa praias significativas do concelho de Lagoa e com maior extensão daquele concelho. Concordava com o parecer desfavorável e questionou por que razão não se pensava fazer aquele trabalho no porto de Faro que está abandonado, sendo uma oportunidade de o conservar e fazer a sua manutenção para receber os navios atuais. Não havia justificação para que tal venha a acontecer e imaginou estando as pessoas na praia a ver os navios enormes, no máximo 272 m de comprimento a passarem ali.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----Tomou a palavra concedida o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** cumprimentando os presentes e a todos desejou um bom mandato na defesa dos interesses dos eleitores que os elegeram. Relativamente ao Ponto em apreço, considerou que o facto de estarem ali a discuti-lo era uma ironia da vida porque, naquele mesmo dia, estavam reunidas as Nações do Mundo para discutir os problemas ambientais do Mundo, sendo daqueles acontecimentos muito *sui generis*, estando a discutir um problema que os afeta profundamente no mesmo dia em que o Mundo discute os problemas ambientais, ecológicos e do território. Acrescentou que a questão cerne era se querariam ou não a entrada e a atracagem dos grandes cruzeiros no rio Arade e tudo o resto resulta daquela decisão com a qual poderão concordar ou discordar. Todo o plano apresentado deriva daquela decisão fundamental e disse que,





atualmente, todos têm conhecimentos e dados suficientes para que a dúvida esteja mais do que resolvida e esclarecida. Uma proposta e um projeto daqueles, naquele território, deve ser completamente rejeitada pelas implicações ambientais, ecológicas, territoriais para o concelho local, limítrofes e para a região. Não se trata de um problema local, mas sim regional e muito mais vasto e de fundo, se querem ou não, atualmente, no mundo em que vivem, em que se debatem com problemas sérios, dar o aval a uma proposta daquela dimensão para o concelho de Lagoa. Conhecem todas as implicações daquele projeto, sabem ao que vieram para aquele debate e, portanto, todo aquele debate que antecedeu na primeira abordagem que foi feita relativamente ao primeiro projeto que foi apresentado, no fundo, de desviar o debate para a questão das areias foi simplesmente um debate sem significado e sem substância, porque o problema da colocação das areias é um problema secundário que deriva daquela questão central e, assim, quis saudar todo aquele movimento que foi criado dos cidadãos contra aquele projeto, um movimento de cidadania que devia ser enaltecido e se desenvolver em várias outras vertentes. Saudou, portanto, aqueles cidadãos que tiveram a ousadia de se pronunciar, se manifestar e ir para a via pública tomar posição pública sobre aquele projeto. Considera que foi muito salutar, permitiu um debate público muito mais alargado, fora das esferas autárquicas para voltar esse debate para a sociedade, algo muito importante e salutar e que trouxe benefícios inquestionáveis no debate público que se estabeleceu. Ao invés, não gostou e não aplaudiu de maneira nenhuma, todo o debate redutor que se travou em torno de um problema quase localizado sobre o depósito das areias. Julga que isso enfraqueceu o debate e as forças que se movimentavam contra o projeto daqueles e não achou nada salutar o debate que se desenvolveu naquela altura. Todo o imaginário, o local das populações foi sempre o de tornar o rio Arade navegável até Silves. Trata-se de uma ideia que prevalece ao longo dos tempos, tornar o rio navegável até Silves, poder usufruir do rio em outras condições, poder desenvolver as atividades económicas de acordo com o património histórico, tornar o rio um momento de lazer, pois esses sempre foram os grandes objetivos das populações que ali residem e continua a ser, inquestionavelmente a grande batalha, a de tornar o rio num rio de qualidade, do qual se pode usufruir em toda a sua plenitude e não alterar, no fundo, a finalidade com que o rio se tem comportado ao longo da história. Estavam perante a apresentação de um projeto que deve ter patrocínios, um rosto, alguém dinamizou aquele tipo de projeto, alguém apoiou e quer aquele projeto e pensava ser estranho que depois de dois debates públicos os vizinhos do lado nunca tenham emitido nenhum parecer, nem positivo, nem negativo, simplesmente houve uma omissão relativamente a um debate daquela natureza e era, como se costuma dizer, gato escondido com o rabo de fora, como se estivessem a fazer-se de mortos, mas toda a gente sabia, ao longo dos tempos, que aquele é um projeto que tem origem em Portimão, nos principais



protagonistas políticos de Portimão, nos protagonistas do exercício autárquico de Portimão, mas também tinha outros rostos. O Partido Socialista, algum tempo antes, procedeu à eleição do seu presidente da federação, que foi acompanhada de uma moção de candidatura. Após a votação, o senhor Luís Graça, o presidente da federação, a todos os jornais e fazia parte da sua moção, deu a seguinte entrevista: «Luís Graça, após a contagem dos votos, sublinhou que o Algarve vai ultrapassar esta crise cumprindo os compromissos que em outubro passado o PS assumiu com a região e com os algarvios, nomeadamente a construção do novo hospital central do Algarve, a eletrificação da linha férrea, a implementação de um plano de segurança e de gestão hídrica, que garanta água em qualidade e quantidade, uma nova redução das portagens da Via do Infante, um programa de habitação civil das cidades e vilas do concelho e o porto de cruzeiros de Portimão». Assim, aquele era um projeto com o rosto do PS, o principal promotor do projeto, o mesmo que estavam a rejeitar, facto do qual deviam tomar consciência. O Movimento Lagoa Primeiro, os Deputados Municipais do Movimento Lagoa Primeiro acompanham claramente e subscrevem a deliberação que a Câmara teve relativamente àquela matéria, sendo inquestionável que estavam solidários, mas pensava ser preciso chamar as coisas pelos seus nomes e dizer quem eram os responsáveis e, naquele particular, o PS era o grande responsável por estarem a enfrentar aquele tipo de projeto. Trata-se de um projeto não só de Portimão, mas regional em que muitos autarcas do PS Lagoa fazem parte dessa mesma campanha, porque estão lá na mesma lista, concorreram atrás daquela moção, sendo um problema político mais profundo.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Filipe dos Santos Alberto.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Luís Filipe dos Santos Alberto** declarou que seria breve e que tinha esquecido de informar os presentes que, tal como tinha sido referido, houve uma petição pública, fruto da cidadania participativa e o curioso é que ele próprio foi um dos primeiros a subscrevê-la, esteve na feitura do texto e essa petição chegou à Assembleia da República e naquele momento a pessoa que fez o favor e que colaborou grandemente na digitalização e no envio dessa petição para a Assembleia da República, recebeu a indicação da Assembleia da República que estava disponível para todos serem ouvidos relativamente a essa primeira petição, e no entender da Junta de Freguesia irão apoiá-la e coadjuvá-la nessa audição parlamentar da petição 148, na segunda audição dos peticionários. Irão, portanto, estar na



Assembleia da República e apoiar essa pessoa a estar lá. Por outro lado, lamentou aquilo que tinha ouvido e que as pessoas não saibam ou tenham a memória curta e disse que fez parte de um Executivo Municipal e tem em seu poder quando saiu a legislação por causa do alargamento do porto de Portimão, a quem deu a sua informação, havendo várias pessoas daquela sala e de vários quadrantes políticos que foram informados nessa altura, e desde a altura em que saiu a lei que permitia e falava sobre o alargamento do porto de Portimão, que era sobejamente conhecida, dos artigos do Barlavento desde 2013, essas pessoas militavam noutro lado, nunca as ouviu pronunciar sobre esse projeto enquanto que ele, enquanto Secretário da Vereação informou, na altura, as pessoas que lá estavam sobre esse projeto textualmente, e nunca ninguém, sem ser os atuais que estão no atual Executivo, indicou sobre isso. Tinha essas provas, mas já que andavam a acusar um partido político, exortou a que os senhores Deputados primeiro vissem de onde vieram, onde é que estavam e aquilo que fizeram. Naquela altura ninguém quis tomar essa posição e ele enquanto Secretário da Câmara Municipal, na altura, enviou para todos os membros da Câmara Municipal essa indicação. Até à presente data, logicamente, não recebeu resposta porque estavam no contra, o contra é bonito, mas o contra tem que se propagandear e efetuar em todas as fases da vida e acrescentou que, se desejassem, na Assembleia seguinte faria chegar esse documento.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação**.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** cumprimentou os presentes e disse que, relativamente à matéria em discussão, as suas primeiras palavras eram de enorme conforto e satisfação pelo consenso alargado, se não generalizado, sobre a posição dos lagoenses sobre aquela matéria. Referiu que foi uma posição que foi tomada por unanimidade em reunião informal da Câmara, foi necessário marcar um encontro fora da Ordem de Trabalhos de uma reunião de Câmara normal face ao exíguo período que tiveram para debater e acompanhar aquela matéria, que foi precisamente a consulta pública que foi iniciada num período em que, depois de um ato eleitoral, em que estavam em gestão e, portanto, não diminuídos de todo nas competências, mas naturalmente limitados, e com um período de 15 dias, que é também um período muito curto para se analisar, e achava que quem teve a preocupação de analisar um documento daqueles, percebeu que o estudo principal tem mais de 250 páginas e até o resumo não técnico é considerável e, portanto, tem



alguma dificuldade de se poder apreciar em toda a sua plenitude para se tomar uma posição perante um projeto que impacta de maneira tão significativa no território do concelho de Lagoa. Acrescentou que já tinham o trabalho de casa feito pelos técnicos da autarquia e, assim, foi mais fácil, naturalmente, em tempo útil tomar uma posição sobre a matéria e, naquele particular, sempre em articulação quer com o senhor Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de representar a Assembleia, e também com a Junta de Freguesia de Ferragudo, quer com o anterior Presidente quer com o atual. A posição do Executivo sobre aquela matéria tem sido sempre muito, muito clara, nunca tiveram nenhuma dúvida quanto a ela. De facto, trata-se de um projeto que reconheceu como legítimo, mas com algumas dúvidas se ele é importante até para as duas margens do Arade, e importante na forma como o querem tornar importante. O estudo que têm, começando pelas questões económicas, diz que quem faz aquelas viagens, que usa aqueles cruzeiros, e quando chega ao porto de cruzeiros de Portimão, habitualmente, faz uns circuitos que já estão previamente definidos, vai a Sagres, porque é o ponto extremo mais sudoeste do velho continente, onde estava a escola de navegação e, portanto, vão lá para saber onde é que começou os Descobrimentos, esse grande projeto de globalização iniciada pelos portugueses há 500 anos. Vão a Monchique, vão a Silves e dizia que, com aquele projeto que passariam a ir também à gruta de Benagil. Sobre a gruta de Benagil quis deixar bem claro que já têm gente que chegue e demais a visitar a gruta de Benagil, sendo vítimas do próprio sucesso e era desafio de Lagoa e sobre o qual terão que trabalhar para regulamentar, disciplinar e não deixar que matem a galinha dos ovos de ouro. Disse ainda que para o município de Lagoa o problema nunca foi, tão só, onde é que se iriam colocar as areias, essa nunca foi a principal discussão, embora isso seja pertinente e de enorme importância, sobretudo para quem, da sua geração e de todas as gerações anteriores à sua, porque provavelmente as gerações seguintes já não se aperceberam, porque sempre conheceram a margem esquerda do Arade entre o Castelo de S. João do Arade e o porto de pescas do rio Arade, sempre conheceram como ele está, com aquelas areias, com os dragados ali depositados, com os muitos milhares de metros cúbicos que ali estão depositados, um verdadeiro atentado ambiental que foi perpetuado no final dos anos 70 e início dos anos 80, e depois repetido mais tarde em 90. Portanto, era legítimo que a sua geração e aquelas muito próximas à sua, e todas as anteriores, tenham esse “trauma” quando se fala em dragagens e deposição de dragados e, sobretudo, quando muitas vezes querem colocá-los na margem esquerda do Arade como se fossem o quintal e os outros tivessem a sala de estar, o quarto, a cozinha e tudo o resto. E, portanto, era uma questão que não era de somenos importância, mas nunca para o Executivo ela foi a principal questão, onde colocar as areias, porque havia outras questões igualmente importantes e que estão plasmadas que no primeiro parecer que deram, quer no segundo que ali consta. Por questões ambientais, a





questão da sustentabilidade de uma comunidade piscatória que ainda está em Ferragudo e não só, já que há outras também, mais pequenas, mas que também se desenvolvem em todo o concelho, a sustentabilidade dessa atividade económica, a questão dos valores ambientais como já referiu, a questão da preservação das praias no concelho eminentemente turístico, e que são a grande mais valia, não sendo apenas a Praia Grande ou a Praia da Angrinha que é uma praia perfeitamente artificial e que decorre desse processo de deposição de dragados já referida, mas também as outras praias onde iriam ser depositados os dragados, embora sejam necessários porque as praias também precisam de recarregamentos de areia porque com muita facilidade as perdem. Mas a verdade é que o cronograma de execução dos trabalhos que é apresentado é verdadeiramente desastroso para a principal atividade económica do concelho, pois fazer dragagens em Ferragudo, 24 horas sobre 24 horas num período que vai entre maio e setembro, e depositar essas mesmas areias em duas praias que são das praias mais importantes do concelho, é verdadeiramente desastroso. Mas também a questão dos achados arqueológicos que também não estava salvaguardado e que suscitava muitas dúvidas, a questão de se usar explosivos para fazer a dragagem junto ao Castelo São João do Arade, o facto de, sem se tentar saber se a Marina de Ferragudo é um projeto definitivamente acabado ou não, já se inviabilizava com o primeiro projeto em eventual construção da Marina de Ferragudo, o que era inaceitável, como era óbvio, e na primeira posição que tomaram manifestaram as principais linhas de discordância, que reconheceram no estudo que depois de uma reunião que tiveram no final de 2020, em que disseram, sem nunca garantir sequer a disponibilidade para um parecer favorável, iriam sempre, naturalmente, apreciar a reformulação do estudo de avaliação de impacto ambiental, mas sempre disseram que havia matérias que eram linhas vermelhas, expressão muito na moda, as quais não aceitariam sequer que fosse feito sequer essa reformulação. Reconhecem que houve um esforço no sentido de ir ao encontro das preocupações manifestadas, mas infelizmente o estudo que têm continua a ser mau, não merece, naturalmente, o parecer favorável do município e não pode com certeza merecer o parecer favorável dos lagoenses de uma forma geral. Era verdade que os ferragudenses já estão habituados a olhar para o outro lado do rio e verem arranha-céus, pelo que se passasse um todos os dias à frente, durante cinco ou dez minutos também não iam estranhar muito, mas essa não era a questão principal, mas sim toda a nocividade que pode vir de uma atividade daquelas e aquilo que significa para o concelho de Lagoa. Sobre aquela matéria, acrescentou, tinha uma posição que ali quis manifestar, pois o senhor Vereador Mário Vieira na última reunião disse e que espelha concretamente a sua posição e da sua equipa relativamente àquela matéria, aquele projeto, desde o princípio lhe pareceu ser aquela velha expressão de tentar meter o Rossio na Rua da Betesga, ou seja, tem que se, de uma vez por todas, perceber que não





cabe ali, não cabe um projeto daqueles, com aquela dimensão, pelo que o melhor seria imaginar outro. Sobre a questão da navegabilidade do rio Arade que foi levantada, naturalmente que é um processo que quando era Presidente da Junta de Freguesia do Parchal no mandato 2001-2005 acompanhou, que morreu antes de nascer e, curiosamente, morreu por duas razões: falta de financiamento e por nunca haver uma concordância onde é que se iria colocar as areias. Por último, disse ainda ser um militante do Partido Socialista, responsável pelo Partido Socialista no concelho de Lagoa, mas era sobretudo autarca da terra onde nasceu e que ama, sendo que os interesses de Lagoa, enquanto ali estiver e liderar a sua equipa, estarão sempre, mas sempre, à frente de quaisquer interesses partidários. Acrescentou por fim que por último estava a dizer que o Luís Graça, Presidente do PS Algarve foi eleito em 18 de julho de 2020 e em dia 18 de julho de 2020 muitos dos membros do Movimento Lagoa Primeiro eram militantes do Partido Socialista e subscreveram essa moção.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----Tomou a palavra concedida o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** disse que de onde as pessoas vêm ou deixaram de vir era um problema de somenos importância e estava à vontade porque, como militante do Partido Socialista na altura discordou de imensas coisas, estava à vontade, toda a gente o conhece e quando discorda, discorda. O problema não era esse, mas admitia até que a maioria dos militantes do Partido Socialista de Lagoa discordam, ou todos, mas não invalida uma questão central que é o facto de ser um projeto do Partido Socialista. Não disse que os membros do Partido Socialista de Lagoa estavam favoráveis àquele projeto, mas sim que se trata de um projeto do Partido Socialista, que nasceu em Portimão e que se arrastou pelo Algarve, o que era indiscutível e indesmentível, com todas as implicações e prejuízos que trazia para o concelho de Lagoa. O resto que afeta, melindre ou prejudique os militantes do Partido Socialista, isso será um problema que têm que resolver, pois não cabe aos outros partidos nem às outras pessoas resolvê-lo. Indiscutivelmente, aquele é um projeto cujo rosto é o PS e de mais ninguém e era essa a sua observação. A postura dos membros do PS de Portimão era clara, era de facto o verem o concelho de Lagoa como o seu quintal, inevitavelmente, com todos os prejuízos envolvidos, mas aquilo que o perturbava ainda mais era o facto de os prejuízos não serem só para Lagoa, mas também para Portimão, porque os problemas vão afetar a vida coletiva, não sendo apenas da freguesia de Ferragudo, nem do



concelho de Lagoa, mas sim um problema para o concelho de Portimão e para toda a região, sendo um projeto que afligia a todos. Que houvesse uma leviandade clara de quem, no fundo, estimula um projeto daqueles, esse era um problema, mas que o PS abraçou aquele projeto, inclusive a nível regional, era evidente e indiscutível, caso contrário, aquele projeto tinha morrido à nascença, se não houvesse tanta gente interessada.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, na ausência de mais intervenções, informou que se passaria ao Ponto seguinte.-----

-----**2º Ponto – Indicação dos representantes dos Grupos Municipais.**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa informou que os Grupos Municipais deviam fazer chegar à Mesa uma comunicação ao Presidente da Mesa, da Direção da respetiva bancada, nos termos do artigo 57º e seguintes do Regimento. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, confirmou ter dado entrada na Mesa as indicações por parte do Grupo Municipal do Partido Socialista, em que é Presidente do Grupo Municipal **Luís Pedro Vieira Ribeiro** e Vice-Presidente **Carlos Manuel dos Reis Ramos** e **Maria Licínia Mendes Lourenço**; por parte do Movimento Lagoa Primeiro a indicação foi a seguinte: **José Joaquim Barroso Alves Pinto**, **Rute Alexandra Barroso Sobreira** e **Diamantino José Ernesto Ruivinho**, sem qualquer indicação dos respetivos cargos, subscrito pelos elementos da bancada. A Mesa sugeriu que fosse indicado um coordenador do Grupo, por forma a integrar a Conselho de Representantes dos Grupos Municipais. Assim, foi indicado o Deputado Municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto**. O PSD, através do Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo**, questionou se poderia indicar verbalmente a Direção da bancada e confirmar por escrito ou se preferiam que fosse apenas feito por escrito. Com autorização da Mesa, foi indicado verbalmente a Direção da bancada, com a seguinte composição: Presidente **José Inácio**, Vice-Presidente **Joaquim Cabrita** e **Telma Viana**, sendo posteriormente enviado a identificação para os serviços da Assembleia. Por parte do Chega, do Bloco de Esquerda e da CDU, atendendo a que se tratavam de grupos municipais singulares, foram indicados como representantes os deputados únicos **Maria Lurdes Alemão**, **Jorge Ramos Carlota Andrade**, respetivamente. -----



-----**3º Ponto – Eleição dos membros da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Algarve (CI-AMAL).**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, introduziu o ponto esclarecendo que iria proceder-se à eleição dos senhores Deputados Municipais para integrar a Assembleia Intermunicipal do Algarve, nos termos do disposto no artigo 83º, nº 2 da Lei 75/2013, de 12/09, sendo que, de acordo com o nº1, al. b) da mesma norma, o Município de Lagoa tinha direito a eleger quatro membros efetivos e, pelo menos, um membro suplente. Apesar disso, recomendou que fossem indicados mais do que um suplente para a eventualidade de faltar mais do que um membro efetivo a qualquer sessão. Por outro lado, esclareceu que, nos termos do nº 2 daquela norma, o colégio eleitoral para eleição dos membros para a Assembleia Intermunicipal é constituído tão somente pelos deputados municipais diretamente eleitos e não os por inerência de funções, ou seja, não integram o colégio eleitoral nem poderão votar naquele ato eleitoral os senhores Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesia. Prestados estes esclarecimentos, ainda informou que deu entrada nos serviços da Assembleia o ofício da CI-AMAL nº 755, de 21 de outubro 2021, cuja cópia foi enviada aos senhores Deputados Municipais e que constava na área reservada do site da Assembleia Municipal. Assim, os Grupos Municipais foram convidados a apresentar as propostas de candidatura para a Assembleia Intermunicipal, fazendo chegar à Mesa essas mesmas propostas. Lembrou que as propostas a apresentar deverão observar a lei da paridade e de igualdade de género que, atualmente, é 40% de um género e 60% do outro género. Salientou ainda que a observância desta lei é condição fundamental para a admissão da proposta de lista pela Mesa e a sua subsequente colocação à votação. Informou ter chegado uma proposta de lista do Grupo Municipal do Partido Socialista constituído pelos seguintes membros: efetivos, José Manuel Correia Águas da Cruz, Luís Pedro Vieira Ribeiro, Maria Licínia Mendes Lourenço, Vítor Manuel Grade Martins Sobral e, como suplente, Carla Isabel de Jesus Serol. Não se tendo verificado a apresentação de mais listas, a proposta foi designada por Lista A, tendo sido distribuído os boletins de voto para a respetiva votação. Procedendo-se à votação e apurados os resultados, foram proclamados os seguintes resultados: 21 votantes, 12 votos Sim, 2 votos Não e 7 votos em Branco, pelo que foram eleitos todos os membros da Lista A para a Assembleia Intermunicipal da CI-AMAL: **José Manuel Correia Águas da Cruz, Luís Pedro Vieira Ribeiro, Maria Licínia Mendes Lourenço, Vítor Manuel Grade Martins Sobral** e, como membro suplente, **Carla Isabel de Jesus Serol.**-----





----- **4º Ponto – Eleição do Representante dos Presidentes das Juntas e das Uniões de Freguesias no XXV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, enquadrou a eleição informando que são delegados por inerência ao Congresso Nacional da Associação Nacional dos Municípios Portugueses o Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia Municipal, sendo delegados eleitos, um efetivo e um suplente, Presidentes de Junta ou de Uniões de Freguesias, em representação das freguesias do concelho, nos termos do artigo 6º n.º 2 dos Estatutos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Em seguida, foi feito o convite aos Grupos Municipais para apresentação de propostas de delegados ao XXV Congresso da ANMP, em representação das Juntas e Uniões de Freguesias do concelho. O Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou uma proposta de lista, tendo como membro efetivo **Luís Filipe dos Santos Alberto** e como membro suplente **Joaquim João Lopes Paulo**. Não se tendo verificado a apresentação de mais listas, aquela lista foi designada por **Lista A** e procedeu-se à respetiva votação. Foram proclamados os seguintes resultados: 25 votantes, 17 votos Sim, 3 votos Não e 5 votos brancos, pelo que foram eleitos como delegado efetivo ao XXV Congresso da ANMP, a realizar em Aveiro, **Luís Filipe dos Santos Alberto** e, como delegado suplente, **Joaquim João Lopes Paulo**.-----

-----**5º Ponto – Designação de cidadãos/cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança de Lagoa.**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, esclareceu que a designação de cidadãos e cidadãs para o Conselho Municipal de Segurança efetuava-se ao abrigo do artigo 3º alínea s) do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Lagoa. De seguida, convidou os Grupos Municipais a indicarem um cidadão ou cidadã para integrar o Conselho, de acordo com os requisitos enunciados no diploma legal, esclarecendo que não teria que ser necessariamente um membro da Assembleia Municipal. Pois a norma do artigo 3º, alínea s) do Regulamento não o impõe, como resulta da sua redação, que citou: “um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade designados pela Assembleia Municipal de Lagoa em número igual ao dos Grupos Municipais”, de acordo com o princípio da representatividade. Em seguida, foi concedida a palavra à senhora Deputada Municipal **Carlota Dolores Cardoso Andrade**.-----

-----No uso da palavra concedida, a senhora Deputada Municipal **Carlota Dolores Cardoso Andrade** saudou os presentes e disse que não sabia que era preciso fazer chegar aquela



informação em papel e questionou se poderia dizer oralmente e no dia seguinte enviar a informação por escrito. Indicou, assim, o nome de **João André Nascimento Cabrita**.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, apelou aos Grupos Municipais que fizessem chegar à Mesa os dados pessoais dos cidadãos designados, nomeadamente, o nome, o endereço, o número de contacto telefónico e endereço de e-mail, naturalmente, com a privacidade que aquela informação exige, por forma a proceder-se à notificações e envio de convocatórias para as reuniões do Conselho Municipal de Segurança. Em seguida, foi dado o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** declarando querer mencionar Jorge Manuel de Jesus Teixeira Carrola.-----

-----Usou da palavra a representante do Grupo Municipal do Chega **Maria de Lurdes Rego Alemão** propondo António Miguel Bicas Guerreiro.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que do Movimento Lagoa Primeiro recebeu a indicação do cidadão Clemente Luís Bentes Camarinha; por parte do Partido Socialista Fernando António Fernandes Damião e do PSD José Ilídio da Silva Santos. Assim, as cidadãs e os cidadãos indicados pelos Grupos Municipais para o Conselho Municipal de Segurança são os seguintes: pela CDU, **João André Nascimento Cabrita**; pelo Bloco de Esquerda **Jorge Manuel de Jesus Teixeira Carrola**; pelo Chega **António Miguel Bicas Guerreiro**; pelo Movimento Lagoa Primeiro **Clemente Luís Mendes Camarinha**, pelo PS **Fernando António Fernandes Damião** e pelo PSD **José Ilídio da Silva Santos**. Reiterou-se, por fim, o pedido no sentido de os Grupos Municipais fazerem chegar os elementos identificativos dos cidadãos designados.-----

-----**6º Ponto – Designação de Representantes dos Partidos Políticos, Coligações e Grupos de Cidadãos para integrarem a Comissão Municipal de Toponímia**.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, disse que aquele Ponto decorria do previsto no artigo 5º alínea c) do Regulamento e indagou se os Grupos Municipais estariam preparados para indicar os respetivos nomes. A CDU



indicou **Victor Carapinha**, o Bloco de Esquerda designou **Doris Rafael Peleira**, o Movimento Lagoa Primeiro apontou **Mário José dos Santos Martins**, o Partido Socialista designou **Elsa Maria Vieira Mendes**, o PSD indicou **José Benvindo dos Reis Santos** e o Chega não indicou ninguém. Agradeceu, por fim, à semelhança do pedido feito no ponto anterior, que se fizesse chegar à Mesa os elementos de identificação, contactos eletrónicos e endereço postal dos designados, por forma a enviar-se as convocatórias para as reuniões da Comissão.-----

-----**7º Ponto - Eleição de um Representante dos Presidentes das Juntas e das Uniões de Freguesias para integrar o Conselho Municipal de Educação de Lagoa.**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que a eleição far-se-ia nos termos do artigo 5º n.º 1 alínea d) do decreto-lei 7/2003, de 15 de janeiro, na sua atual redação, e convidou os Grupos Municipais a apresentarem as suas propostas de lista para a eleição do representante das Juntas e Uniões de Freguesia no Conselho Municipal de Educação de Lagoa. De seguida, deu-se nota de que o Partido Socialista propôs **Joaquim João Lopes Paulo** como representante das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação de Lagoa, nos termos da citada norma. Na ausência de mais listas, aquela foi designada como **Lista A** e procedeu-se à votação da mesma. Registaram-se 24 votantes, uma vez que houve a saída de um Deputado Municipal da sala, tendo sido feito ao apelo para que, em futuras votações, não saíssem da sala por forma a não criar dificuldades no processo de votação. A proclamação dos resultados foi a seguinte: 25 votantes, com 17 votos Sim, 1 voto Não e 7 votos em branco. Assim, foi eleito para integrar o Conselho Municipal de Educação **Joaquim João Lopes Paulo** -----

-----**8º Ponto - Eleição de um Representante dos Presidentes das Juntas e das Uniões de Freguesias para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta.**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que essa eleição far-se-ia nos termos do artigo Decreto-lei 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação. Foi declarado aberto o período de apresentação de propostas de lista, tendo-se registado a apresentação de uma lista por parte do Grupo Municipal do Partido Socialista, que propôs para a Comissão **Luís José Soares Bentes**, Presidente da Junta de Freguesia de Porches. Não se verificou a apresentação de mais listas, procedeu-se à votação da lista única, designada por Lista A, que submetida à votação obteve os seguintes resultados: 25 votantes, 16 votos Sim, 2 votos Não e 7 Brancos. Assim, foi eleito para integrar a Comissão **Luís José Soares Bentes** -----



-----**9º Ponto – Eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal.**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu nota de que essa eleição far-se-ia nos termos do artigo 157º n.º2 alínea e) do decreto-lei 202/2004, de 18 de agosto, na sua atual redação. Os Grupos Municipais foram convidados a apresentar as suas propostas de lista, tendo dado entrada na Mesa duas propostas: uma subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, que propôs Joaquim Dimas Neto Varela, Presidente da União de Freguesias de Estômbar e Parchal, designada por **Lista A**, e a **Lista B**, do Movimento Lagoa Primeiro, que indicou o autarca de freguesia da União de Freguesias de Estômbar e Parchal, Clemente Luís Bentes Camarinha. Em seguida, deu-se o processo de votação das duas listas, tendo-se verificado os seguintes resultados: 25 votantes, Lista A 16 votos, Lista B 3 votos e 6 votos em branco. Foi proclamada vencedora a Lista A, pelo que foi eleito para o Conselho Cinegético **Joaquim Dimas Neto Varela**.-----

-----**10º Ponto – Designação de um Representante da Assembleia Municipal para integrar a ACES Barlavento - Agrupamento de Centros de Saúde Barlavento.**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que iria proceder-se à eleição de um representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho da Comunidade do ACES do Barlavento, nos termos do artigo 31º, n.º1 da alínea b) do Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de fevereiro. Declarou-se aberto o período de apresentação de propostas de listas, tendo dado entrada na Mesa uma proposta de lista por parte do Grupo Municipal do Partido Socialista, que propôs como representante o senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro. Avançou-se com o processo de votação da referida lista única, designada como Lista A, tendo-se registado os seguintes resultados: 25 votantes, 16 votos Sim, 2 votos Não e 7 votos em Branco. Foi, assim, eleito **Luís Pedro Vieira Ribeiro**. Uma vez terminado o processo de votações, esclareceu-se que os senhores Deputados Municipais que quisessem consultar os boletins de voto podiam fazê-lo a qualquer tempo, dirigindo-se à Mesa se, porventura, tivessem essa pretensão.-----

-----**11º Ponto – Designação de Representantes dos Partidos Políticos, Coligações e Grupos de Cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Juventude de Lagoa.**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, enquadrou o ponto referindo que a designação que ocorre nos termos do artigo 4º da





alínea b) do Regulamento, sendo requisito da eleição o constante do artigo 6º n.º 2. Ou seja, “a composição do Conselho Municipal de Juventude Lagoa é a seguinte: b) membros da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal. Para efeitos da alínea b) do artigo 4º, os Partidos ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal devem indicar um Deputado Municipal com idade inferior a 35 anos, apenas podendo indicar um Deputado Municipal com idade superior nos casos em que nenhum dos eleitos locais reúna o referido requisito.” Feito o enquadramento, declarou-se aberto o período para os Grupos Municipais designarem um membro para integrar o Conselho Municipal de Juventude Lagoa, preferencialmente um Deputado Municipal com menos de 35 anos. O Grupo Municipal do Partido Socialista indicou o senhor Deputado Municipal **Ricardo Jorge Brás da Silva**; o Grupo Municipal do PSD indicou a Deputada Municipal **Telma Isabel Alberto Viana** e o Grupo Municipal do Movimento Lagoa Primeiro designou Joana Rita de Nascimento Cabrita, sendo que aquela cidadã não era membro da Assembleia Municipal, pelo que a Mesa solicitou ao Movimento que indicasse outro nome, o que não se veio a verificar. O Grupo Municipal singular da CDU indicou a senhora Deputada **Carlota Andrade**, o Bloco de Esquerda o senhor Deputado **Jorge Ramos** e o Chega não indicou representante.-----

-----**12º Ponto – Constituição da Comissão Eventual para as Comemorações do 25 de Abril para o quadriênio 2021-2025.**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou que, ao abrigo do disposto no artigo 50º n.º 2 do Regimento, a Mesa propunha que fosse constituída, no âmbito da Assembleia Municipal, a Comissão Permanente para as Comemorações do 25 de Abril para o quadriênio 2021-2025. A Comissão deveria ser constituída pelo Deputado Municipal designado por cada um dos Grupos Municipais: PS, MLP, PSD, Chega, Bloco de Esquerda e CDU, sendo coordenador da Comissão um representante da Mesa da Assembleia Municipal. A Comissão tem como fim conceber, preparar e organizar, em articulação e estreita cooperação com a Câmara Municipal, as Comemorações do 25 de Abril no quadriênio 2021-2025, sendo que no Cinquentenário do 25 de Abril as Comemorações deverão decorrer durante todo o ano de 2024. A proposta foi colocada à discussão, tendo-se declarado aberto o período de inscrições para o uso da palavra. Na ausência de intervenções, procedeu-se à votação da proposta, que foi aprovada com 24 votos a favor e uma abstenção do senhor Deputado José Joaquim Alves Pinto, do Movimento Lagoa Primeiro. Aprovada a proposta, a Mesa apelou a que fossem indicados os membros dos Grupos Municipais para integrar aquela Comissão. A Mesa indicou para coordenador da Comissão o 1º Secretário da Mesa, Pedro Alexandre Triberes de



Souza Lobato, o Partido Socialista indicou a senhora Deputada Maria Lúcia Mendes Lourenço, o PSD indicou a Deputada Municipal Telma Viana, o Movimento Lagoa Primeiro indicou José Joaquim Alves Pinto, a CDU indicou a Deputada Carlota Andrade, o Bloco de Esquerda indicou o Deputado Jorge Ramos e o Chega indicou a Deputada Maria de Lurdes Alemão. A Comissão será, assim, constituída por sete membros em representação de cada um dos partidos e movimentos com assento na Assembleia Municipal sendo o respetivo coordenador indicado pela Mesa, o Deputado **Pedro Lobato**, pelo PS **Maria Lúcia Lourenço**, pelo PSD **Telma Viana**, pelo Movimento Lagoa Primeiro **Joaquim José Alves Pinto**, pela CDU **Carlota Andrade**, pelo Bloco de Esquerda **Jorge Ramos** e pelo Chega **Maria de Lurdes Alemão**.-----

-----**13º Ponto – Discussão e aprovação da Comissão Eventual para a Elaboração do Projeto de Regimento da Assembleia Municipal para o mandato 2021/2025**.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, apresentou uma proposta do seguinte teor: ao abrigo do disposto no artigo 29º n.º1 da alínea a) da Lei 75/2013, de 12 setembro, e do artigo 50, nº 2 do Regimento, a Mesa da Assembleia propôs que fosse constituída uma Comissão Eventual para a Elaboração do Projeto de Regimento da Assembleia Municipal para o mandato 2021- 2025. A Comissão deveria ser constituída por um Deputado Municipal designado por cada um dos Grupos Municipais: PS, MLP, PSD, Chega, BE e CDU, sendo o coordenador da Comissão um representante da Mesa da Assembleia Municipal. As deliberações da Comissão são tomadas por maioria simples dos seus membros, sendo a votação efetuada pelo Grupo Municipal, observando-se o princípio da representatividade e proporcionalidade de cada Grupo Municipal na Assembleia Municipal. Tratava-se de uma competência própria da Mesa, mas que ao abrigo da norma do Regimento, a Mesa propôs que fosse uma Comissão Eventual a preparar o projeto de Regimento para o mandato 2021-2025, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, sendo que até aprovação daquele Regimento vigoraria o atualmente em vigor, referente ao mandato 2017-2021. Em seguida, foi concedida a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** disse que, antes de abordar o Ponto, queria solicitar, ao abrigo do artigo 32º n.º3, que fosse entregue uma cópia sempre em papel ao seu Grupo Municipal, uma cópia dos documentos em papel.-----



-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que ficaria disponível nos serviços da Assembleia Municipal toda a documentação pertinente a cada uma das sessões, em suporte de papel, para o Grupo Movimento Lagoa Primeiro. Os Grupos Municipais do PSD, da CDU e do Chega manifestaram igualmente a vontade de receber a documentação em papel, pretensão que foi atendida pela Mesa.-----

-----Retomou o uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** referindo querer ler um pouco da intervenção do senhor Presidente na tomada de posse da Assembleia Municipal para fazer algumas sugestões. Assim, o senhor Presidente na tomada de posse disse o seguinte: «se não o principal desafio deste mandato, é a minha luta sempre valorizar e dignificar o papel da Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal deverá estar no centro do debate público e das grandes decisões políticas, como fórum de excelência do poder local democrático, alicerce do Estado de direito democrático. O exercício da democracia local e o seu aprofundamento, com a participação dos cidadãos, em especial os mais jovens, é a forma mais eficaz de incrementar uma sólida cultura democrática, tornando a sociedade mais resiliente às investidas dos movimentos de cariz autoritário e populista. A participação dos lagoenses na vida pública constitui um dos défices da nossa democracia local, que ainda não logramos suprimir. Estimular a participação do cidadão na definição das políticas públicas municipais, na monitorização da sua implementação, bem como na resolução dos problemas da comunidade, o que é absolutamente decisivo para restaurar a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas, compromisso que assumo com os lagoenses, a casa da democracia de portas abertas.» Disse rever-se claramente naquelas palavras e o desafio que lançou foi o de que o Regimento a ser elaborado tenha em conta aquelas palavras, pois na sua opinião, pelo que teve a possibilidade de ler e conhecia os Regimentos de há 20 anos, conhecendo aquele Regimento, considerava-o claramente mais fechado, mais institucionalista e com maiores dificuldades da participação dos cidadãos na vida democrática da sociedade. Assim, lançou o desafio de que, tendo em conta as palavras do senhor Presidente, das quais comungava perfeitamente, que o novo Regimento traduza essa vontade política ali expressa.---

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, disse que, certamente, a comissão teria em conta todos esses contributos sérios, pois tratava-se de uma visão que julgava ser comungada e partilhada por todos os Grupos Municipais, relativamente à forma como a Assembleia deverá funcionar e era esse o desafio que



tinham pela frente. Não se tendo observado mais intervenções sobre a proposta da Mesa para a constituição da Comissão Eventual para Elaboração do Regimento, procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Assim, a Mesa indicou, desde logo, para coordenadora dos trabalhos, a Segunda Secretária da Mesa, a Deputada Municipal **Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes**. Por parte da CDU integraria a Deputada **Carlota Andrade**, pelo Bloco de Esquerda o Deputado **Jorge Ramos**, pelo Chega a Deputada **Maria de Lurdes Alemão**, pelo Movimento Lagoa Primeiro a Deputada **Rute Alexandra Barroso Sobreira**, pelo Partido Socialista o Deputado **Tiago Manuel Valdire Lopes**, ao passo que o PSD indicaria no prazo de cinco dias. Apelou-se aos Grupos Municipais para que fizessem chegar, por escrito, aos serviços da Assembleia a informação transmitida verbalmente, para que constasse da documentação da sessão e da ata.-

-----**14º Ponto – Apreciação da Situação financeira da Câmara Municipal a 30 de junho de 2021.**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou abertas as inscrições para o uso da palavra por parte dos senhores Deputados Municipais, tendo sido concedida a palavra ao senhor Deputado Municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Deputado Municipal **Carlos Manuel dos Reis Ramos** referiu que, relativamente ao documento apresentado do Relatório da situação financeira em 30 de Junho, aprazia-lhe registar que o mesmo reflete a realidade contabilística da autarquia num determinado período que, retratando as opções políticas do Partido Socialista e dos seus autarcas, pode pecar por não proporcionar as características das contas anuais e assim, haver a existência de limitações na sua análise e, por ventura, na obtenção de conclusões. As opções assumidas pelos autarcas do PS foram as mais acertadas mesmo num período difícil na vida de todos. Os lagoenses sabem que o município e os seus responsáveis nunca lhes viraram as costas. Sabem que desde o início de 2020 uma crise pandémica afetou o mundo, trouxe instabilidade, medo e a todos deixou em sobressalto. As instituições do Estado não tiveram mãos a medir para proteger as populações e essa preocupação foi vivida também pelo município que, de uma forma corajosa e abnegada, esteve sempre perto de quem precisava, oferecendo condições para que o centro de vacinação fosse um exemplo de funcionamento, não permitiu que os lagoenses passassem por dificuldades, esteve perto do tecido empresarial, não esqueceu o espaço público, a limpeza urbana, a cultura, o desporto e tudo o que mais faz daquele concelho um concelho de qualidade. Naquele período o município investiu quase 2 milhões de euros, subsidiando





instituições sem fins lucrativos, ajudando as famílias e em todo o apoio logístico necessário ao funcionamento do centro de vacinação. As IPSS têm no município um parceiro de excelência, no apoio dado às suas atividades e no apoio extraordinário num período tão difícil das vidas de todos, para além dos protocolos assinados com instituições do concelho para a construção das infraestruturas de apoio aos mais idosos. A ação social deve ser uma bandeira de todas as autarquias, sendo aquela um verdadeiro exemplo no apoio e na proximidade com as instituições que se dedicam àquela causa. Foram projetadas grandes obras, outras foram iniciadas e estão em andamento como é o exemplo da substituição das luminárias que irá permitir ao município grande redução nos valores da energia consumida e, assim, prosseguir o investimento naquela área nos próximos anos. Quanto à existência de variações negativas, todos sabem que a pandemia Covid-19, tal como já verificado anteriormente, teve um efeito negativo sob aqueles resultados. Naturalmente, muito se diz sobre o facto da pandemia ser a culpada de tudo, mas consideram que ela deve ser combatida. Um aumento nos gastos em relação ao ano anterior desencadeado essencialmente pelo aumento nos apoios concedidos e na consequente despesa em rubricas diretamente relacionadas com acompanhamento da Covid. O resultado daquela intercalar apresentação, se é que se assim se pode chamar, não coloca em causa o equilíbrio económico e financeiro do município, bem pelo contrário. Ao mesmo tempo cumprindo o limite de dívida total, contemplado no n.º 1 do artigo 52º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, demonstra uma grande coerência na execução das políticas orçamentais, o que permite continuar a conceder os apoios necessários, contribuindo cada vez mais para o bem-estar dos lagoenses. De destacar ainda a positiva execução orçamental naquele período intermédio e que aponta para um provável resultado muito positivo no final do ano civil, havendo inclusive uma melhoria em relação ao ano anterior. Assim, e apesar da pandemia, considerava estarem em presença de um resultado que aponta para a continuidade da consistência das decisões coerentes e do reforço do equilíbrio financeiro. Os lagoenses sabem que podem contar com o município e com os autarcas do Partido Socialista e já demonstraram isso.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto, do Movimento Lagoa Primeiro.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** dizendo que em relação à análise ficou agradado de ouvir o senhor Deputado “*Caita*” perguntou-se onde



teria ido buscar aquelas coisas todas, porque não foi uma análise financeira, tendo falado das verbas que foram para aqui e para além e isso não consta da análise financeira, que era aquilo que estavam a apreciar. A análise financeira é a situação no momento e, ponto final, não tendo mais nada a dizer sobre aquela matéria. Porém, não queria acabar a sessão sem esclarecer o senhor Presidente da Câmara que, anteriormente, quis fazer uma volta, dizendo que não era membro do Partido Socialista há mais de 20 anos como o senhor Presidente da Câmara sabia muito bem. Por isso, a questão de onde estavam há dois anos ou no ano passado não lhe dizia respeito.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** referindo estar em discussão um ponto de apreciação da situação financeira da Câmara, a 30 de junho e num dos documentos, na dívida terceiros, existe a Associação Humanitária Bombeiros Voluntários onde a Câmara deve, à data de 30 de junho 2021, 321 499,98€ e questionou a que se referia aquela verba. Por outro lado, também constatou que no início do ano de 2021 existem prestadores de serviços com determinadas verbas a receber e a 30 de junho as mesmas empresas continuam com as mesmas verbas a receber, pelo que quis saber o que leva a Câmara a ter aquela a atitude de levar aquele tempo todo a pagar àqueles prestadores de serviço, não esquecendo que aqueles terão as suas obrigações e as suas despesas.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** dizendo que a análise dos números ficaria para mais tarde quando viesse o Relatório e Contas. Porém, despertou-lhe atenção na consulta aos documentos de Contas e que era o facto de no final de julho de 2019 a 31/12/ 2019, o município fechou com um resultado líquido de 1 779 893€ e, seis meses passados, fechou com o resultado líquido de 206 335€ não estando a falar no tempo da Covid mas sim de seis meses de 2019 até junho de 2019, sendo uma diferença substancial no resultado líquido do município. Era uma curiosidade que registava e era evidente que quando



discutirem o Relatório e Contas no ano seguinte, aquele assunto será tratado com outra profundidade, mas era um número que registava com alguma preocupação.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Carlos Manuel dos Reis Ramos** esclarecendo que as abordagens do seu Grupo a qualquer tema que ali seja tratado são da inteira responsabilidade da sua bancada. A leitura que foi feita àquele documento foi aquela e não é que não se possa admitir críticas à forma como intervieram, mas certamente que o senhor Deputado Alves Pinto teria a sua leitura, ao passo que a da sua bancada era aquela, pelo que não tinham de estar a colocar exatamente aquilo que ele pretende que coloquem. Já se tinha referido tratar-se contas intermédias, não eram contas finais e aquela era a leitura da sua bancada.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu, em seguida, a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** respondeu não haver dívida aos Bombeiros Voluntários de Lagoa, mas sim protocolos que são celebrados todos os anos com a Associação num montante que no último ano chegou aos 700 000€, valor que era público e que estava nas Contas, pelo que o valor que têm a pagar a 30 de junho é o valor de metade do ano daquilo que irão pagar até ao final do ano. Relativamente ao pagamento às empresas que trabalham com o concelho de Lagoa, disse que uma das medidas adotadas quando chegou a crise provocada pela Covid, foi passarem a pagar, escrupulosamente, algo que já faziam mas ainda deram mais atenção a essa matéria, e pagar, por vezes, de 15 em 15 dias os compromissos que o município assume, precisamente para dar liquidez às empresas e porque estavam conscientes das dificuldades que as mesmas têm sobretudo em tempos de crise. O município de Lagoa, até nos termos da Lei das Finanças Locais, não pode ultrapassar o pagamento de faturas mais de 30 dias sob pena de incorrer em dívida vencida e era rigorosa e escrupulosamente feito e cumprido pelo município de Lagoa. Quanto às questões foram colocadas pelo senhor Deputado Diamantino Ruivinho e



parafraseando o seu companheiro de bancada “aquilo que nós aqui a ver é os números a 30 de julho de 2021 e é isso que nós temos para analisar”, pelo que comparar o resultado final de um ano com o resultado a seis meses, do ponto de vista da apreciação contabilística de um documento da Administração Pública, no caso da Administração Local que, por exemplo em 2019 tinham o POCAL e agora têm um novo sistema de contabilidade que é o SNC, pelo que a comparação não era correta do ponto de vista técnico, porque não era possível comparar, nem mesmo os resultados apurados ao final do ano com os resultados ao final do primeiro semestre, porque para se apurar os resultados do primeiro semestre há uma série de operações, de rácios e de cálculos que não são feitos. Assim, teria aguardar mesmo pelo final de 2021, lá por altura de fevereiro já teriam as contas feitas para depois poderem fazer essa apreciação. Sugeriu, assim, que se aguardasse tranquilamente até ao final do ano para fecharem as Contas e para apresentarem primeiro na Câmara e depois às senhoras e senhores Deputados e, finalmente, aos lagoenses e faziam sempre com a certeza e com a consciência de que as finanças de Lagoa estão bem geridas, de perfeita saúde e terão essa confirmação, com todos os indicadores de que dispõe, à data da sessão, estavam em condições de dizer que o município de Lagoa continua de excelente saúde financeira.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** para dizer que apenas fez um registo e nada mais, não fez comentário absolutamente nenhum, mas apenas um registo de preocupação, que pode ser fundamentada ou não, nada mais do que isso. Considerou cordial e importante o esclarecimento que o senhor Presidente da Câmara fez relativamente ao pagamento às empresas, por essa ser uma posição primordial e fundamental, mas devia dizer que, relativamente às IPSS as coisas não aconteceram bem assim e se não fosse aquela intervenção, pois achava que a verdade deve ser sempre dita em todos os momentos, os compromissos que a autarquia tinha assumido com as IPSS não eram cumpridos e o senhor Presidente sabia a batalha que foi. Tiveram um ano da luta para recuperar os valores dos compromissos assumidos com o município.-----





-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** referindo que estava a ver o documento e havia empresas, por exemplo, Manuel Joaquim Pinto SA que tem 4 525,73€ em 1 de janeiro e a dívida em 30 de junho de 2021 é de 4 525,73€, ou seja, era o mesmo valor. Havia várias empresas nessa situação, como a construtora do Barroso Lda, com 18 540,65€ e em junho 18 540, 65€, o que não ia bem ao encontro do que o senhor Presidente tinha dito.-----

-----Usou da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** para explicar que se estava a falar prestadores de serviços, sendo lançado e contabilizado o valor da prestação de serviços que depois vai sendo pago por tranches e no caso de obras, à medida que os autos de medição vão sendo entregues, vão sendo disponibilizados esses valores. Reafirmou assim que se tivessem uma fatura emitida daquele montante e que estivesse aquele tempo todo sem pagar era uma fatura vencida, era um pagamento vencido à luz da Lei das Finanças Locais e não estaria ali, mas na rubrica das dívidas vencidas. Relativamente àquilo que o senhor Deputado Diamantino Ruivinho disse e também para esclarecer a Assembleia, referiu que se estava a falar de um compromisso extraordinário que foi assumido e não aquele compromisso corrente dos apoios que dão a todas as IPSS e que foi um compromisso extra nos termos da forma como o assumiram necessitava de uma comprovação de vários documentos.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e informou que, uma vez que se a aproximava a hora de termo da sessão, a Mesa propunha, ao abrigo do disposto no artigo 26º n.º 2 do Regimento, o prolongamento da sessão por mais uma hora. Não se tendo registado qualquer oposição à proposta, a Mesa considerou a proposta aprovada por unanimidade, anunciando-se o prolongamento da sessão por mais uma hora.-----

-----**15º Ponto – Apreciação do Relatório de Execução das Áreas de Reabilitação Urbana 2018/2020.**-----



-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, abriu as inscrições para a discussão, tendo concedido a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** referiu ter analisado o documento e, sendo um documento bem elaborado, claro e transparente dentro de todo esse contexto, mas que também mostra as suas fraquezas, as necessidades que existem para melhorar. Melhorar o esclarecimento dos colaboradores e que haja também uma maior divulgação dos proprietários dos edifícios degradados, para que realmente a reabilitação urbana no concelho de Lagoa seja uma realidade.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, na ausência de mais intervenções, informou que se passaria ao Ponto seguinte.-----

-----**16º Ponto – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Delegação no Presidente da Câmara Municipal da competência da Assembleia Municipal, prevista na alínea c) do nº 1, do artº 6º da Lei nº 8/2021, de 21 de fevereiro (Compromissos Plurianuais), nos termos e para os efeitos do disposto no artº 6º, nº3, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.-**

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** explicou ser a habitual proposta de delegação de competências da Assembleia no Presidente da Câmara Municipal, à semelhança do que têm feito nos outros mandatos anteriores, para agilizar e tornar mais eficiente e eficaz a gestão diária da Câmara. Aliás, os Pontos 17º e 18º daquela sessão só ali estavam, precisamente, porque ainda não existia aquela delegação de competência e obrigava as matérias que são de gestão praticamente diária terem de ir à Assembleia.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu o esclarecimento e, não se tendo observado qualquer pedido para o uso da



palavra, procedeu-se à votação da proposta que foi aprovada com dezanove (19) votos a favor, dezasseis (16) do PS e três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, quatro (4) votos contra, três (3) do PSD e um (1) do Chega, e duas (2) abstenções, uma (1) da CDU e uma (1) do Bloco de Esquerda.-----

-----**17º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo à candidatura ao Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento, pelo valor global de 1.440,00 €, sendo o valor mensal de 120,00 €, entre setembro de 2021 e agosto de 2022, referente ao Processo nº /2021/650.10.105/61.**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que, por uma questão de proteção de dados pessoais dos beneficiários, não mencionaram os seus nomes e demais elementos de identificação, mas constavam do processo dos senhores Deputados, tendo toda a informação disponível que constava da informação da deliberação e todos os elementos de suporte. De seguida, deu conta de ter dado entrada um requerimento na Mesa que, que supostamente teria prioridade sobre a matéria em discussão, pelo que declarou suspensa a discussão do ponto. O requerimento tinha sido apresentado pelo Grupo Municipal Movimento Lagoa Primeiro que, depois de apreciado pela Mesa, concluiu tratar-se da formulação de vários pedidos detalhados de informação, por escrito, dirigidos ao Senhor Presidente da Câmara. Não se tratando de um requerimento à Mesa, não sendo por isso prioritário, o requerente foi informado que o requerimento seria encaminhado para o Senhor Presidente da Câmara e enviado para conhecimento de todos os senhores Deputados Municipais, bem como a resposta que a Câmara vier a produzir sobre o documento. Retornado o ponto da Ordem de Trabalhos, procedeu-se à votação da proposta, tendo sido esta aprovada por unanimidade.-----

-----**18º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo à Candidatura à Atribuição de Incentivo à Natalidade, pelo valor global de 2.000,00 €, sendo o valor mensal de 250,00€ nos anos de 2021 e 2022, referente aos Processos nºs /2021/650.10.209/110 e /2021/650.10.209/111.**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, comunicou que tinha sido detetado um erro material de escrita de escrita na redação deste ponto, dele constando o “valor mensal de 250,00€ nos anos de 2021 e 2022”, quando



efetivamente se pretendia dizer, tal como consta da proposta da Câmara Municipal, o valor de 850,00€ no ano de 2021 e de 1.150,00€ no ano de 2022.-----

Assim, o 18º Ponto da Orem de Trabalhos passou a ter a seguinte redação:-----

**--Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo à Candidatura à Atribuição de Incentivo à Natalidade, pelo valor global de 2.000,00 €, sendo o valor 850,00 € no ano de 2021 e 1.150,00 € no ano de 2022, referente aos Processos nºs /2021/650.10.209/110 e /2021/650.10.209/111.-----**

**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, apresentou a proposta de metodologia, no sentido deste ponto ser discutido em conjunto e votado em separado, por se tratar de dois processos em condições idênticas. Na ausência de oposição, a proposta da Mesa foi aprovada e, não se tendo observado qualquer pedido para o uso da palavra, passou-se ao processo de votação. Assim, primeiramente, votou-se o primeiro processo com o nº **2021/650.10.209/110**, tendo sido aprovado por **unanimidade**. Seguidamente, procedeu-se à votação do segundo processo com o nº **2021/650.10.209/111**, que também foi aprovado por **unanimidade**. -----

----Não se tendo registado qualquer declaração de voto, a Mesa propôs que a ata da presente sessão fosse aprovada em minuta, nos termos do disposto no artigo 34º n.º 4 do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 57º n.º 3 do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09. Na ausência de oposição à proposta apresentada, considerou-se a mesma aprovada por unanimidade. Em seguida, concedeu o uso da palavra ao senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato para proceder à leitura da ata em minuta. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato cumprimentou os presentes e leu a seguinte minuta: «Boa noite a todos. Vou tentar ser breve tanto quanto possível. Às 21h05 deu-se início aos trabalhos. O Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa (AML) deu início aos trabalhos, saudando todos os presentes, nomeadamente Presidente e vice-presidente da Câmara Municipal de Lagoa (CML), senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais (DM); cidadãos presentes e aos técnicos/colaboradores do município pela sua prestimosa colaboração que garantem o cumprimento das observações/recomendações da DGS, de forma a que se cumpram as devidas condições de segurança sanitárias, especificando





as mesmas, bem como as que garantam adequadas condições sonoras. De seguida, foram lembradas a todos os presentes, de todas as recomendações de forma a garantir um bom decorrer dos trabalhos, sendo ainda esclarecido que esta sessão é gravada em suporte áudio, para apoio à elaboração da ATA. Os DM foram alertados para um conjunto de documentos, nomeadamente para a recolha de dados pessoais inerentes ao início das funções autárquicas neste órgão. O Presidente da AML, esclareceu que as convocatórias para esta sessão, foram divulgadas via email, face à concordância de todos, procedimentos que serão mantidos como canal preferencial de comunicação entre a mesa e os senhores DM. Foi verificada a identidade e legitimidade e nos termos e para os efeitos do disposto no Artº 44º, nº 3 da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, sendo legitimado a tomada de posse do DM Vitor Manuel Grade Martins Sobral, eleito para este órgão do município. -----

## II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

- **SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS MUNICIPAIS**, o Presidente da AML informou/especificou que foi solicitado 1 pedido de substituição, por parte do Grupo Municipal (GM) do Partido Social Democrata (PSD). -----
- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS**, o Presidente da AML esclareceu que dentro dos prazos legais, deu a entrada nos serviços 1 pedido de intervenção, por parte do cidadão Bruno Silva, tendo alertado que de acordo com o previsto no Regimento da AML (Artº 36º, 2), e por se tratar de uma sessão extraordinária, o assunto mencionado não enquadra no normativo referido, mas deu a oportunidade que o cidadão, caso visse pertinência efetuasse a sua intervenção respeitando o previsto. O cidadão Bruno Silva reconheceu que o assunto não se enquadrava, prescindindo do uso da palavra, referindo que efetuará a sua intervenção numa próxima sessão ordinária. Face à ausência de mais intenções de intervenção, passou-se à **APRECIÇÃO e DELIBERAÇÃO de ATAS de SESSÕES anteriores** - ATA nº 03/2021, da SESSÃO ORDINÁRIA do dia 23 de junho de 2021; ATA nº 05/2021, da SESSÃO EXTRAORDINÁRIA do dia 21 de julho de 2021; ATA nº 06/2021, da SESSÃO ORDINÁRIA do dia 15 de setembro de 2021 e ATA nº 07/2021, da SESSÃO EXTRAORDINÁRIA do dia 14 de outubro de 2021. O Presidente da AML alertou que de acordo com o código do procedimento administrativo, cada Ata só pode ser votada pelos DM que estiveram presentes nas respetivas sessões em votação, pondo à análise/correção/discussão Ata a ata e na ausência de intervenções, as respetivas ATAs foram postas à votação, tendo-se verificado: ATA nº 03/2021, da SESSÃO ORDINÁRIA do dia 23 de junho de 2021, APROVADA sem VOTOS CONTRA. ATA nº 05/2021, da SESSÃO EXTRAORDINÁRIA do dia 21 de julho de 2021, APROVADA sem VOTOS CONTRA. ATA nº 06/2021, da SESSÃO ORDINÁRIA do dia 15 de setembro de 2021, APROVADA sem VOTOS



CONTRA. ATA nº 07/2021, da SESSÃO EXTRAORDINÁRIA do dia 14 de outubro de 2021, APROVADA sem VOTOS CONTRA. 1º PONTO – APRECIÇÃO da ALTERAÇÃO de PROJETO – APROFUNDAMENTO e ALARGAMENTO do CANAL de NAVEGAÇÃO do Porto de Portimão – AVALIAÇÃO de IMPACTE AMBIENTAL – CONSULTA PÚBLICA – PARECER do Município de Lagoa. O senhor Presidente da AML abriu período de análise/debate, verificando-se 5 intervenções, 2 por Parte do GM do Partido Socialista (PS), DM Luis Alberto; 1 por Parte do GM do Bloco de Esquerda (BE), DM Jorge Ramos; 2 por Parte do GM Movimento Lagoa Primeiro (MLP), DM Diamantino Ruivinho. O Presidente da AML deu a palavra ao senhor Presidente da CML para intervenção/esclarecimentos. 2º PONTO – INDICAÇÃO dos REPRESENTANTES dos Grupos Municipais. O Presidente da AML solicitou que cada GM fizessem chegar à mesa por escrito os nomes dos DM que representem os diversos GM, informando que deram entrada na nessa: do GM MLP a indicação de 3 DM e como representante o DM José Alves Pinto; do GM PS indicação de 3 DM e como representante o DM Luis Pedro Ribeiro. O DM José Inácio Eduardo, referiu que o GM PSD fará chegar o solicitado prontamente por correio eletrónico, tendo, no entanto, esclarecido verbalmente a ordem dos DM e que o representante seria o próprio. 3º PONTO – ELEIÇÃO dos MEMBROS da ASSEMBLEIA MUNICIPAL para INTEGRAR a ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL do Algarve (CI-AMAL). O Presidente da AML enquadrou e esclareceu que, com base nos normativos, o concelho de Lagoa tem o direito de eleger 4 efetivos e no mínimo 1 suplente, alertando que só podem proceder à votação os DM eleitos diretamente, não podendo votar os senhores Presidentes de Junta da Freguesia (JF) ou União de Freguesias (UF). Solicitando que cada GM fizesse chegar à mesa as propostas de listas alertando que as mesmas devem respeitar igualmente a lei da paridade. O Presidente da AML informou que o GM do PS apresentou a seguinte Lista, que será designada pela LISTA A, com a seguinte constituição: José Águas da Cruz; Luís Pedro Ribeiro; Licínia Lourenço; Victor Sobral e suplente, Carla Serol. Face à ausência de mais Listas, o senhor Presidente da AML, esclareceu os procedimentos de votação, seguindo-se a votação, por escrutínio secreto, e após o apuramento dos resultados, verificou-se o seguinte resultado: LISTA A, foi ELEITA por MAIORIA com 12 VOTOS SIM, 2 VOTOS NÃO e 7 VOTOS em BRANCO. 4º PONTO – ELEIÇÃO dos PRESIDENTES das JUNTAS e das UNIÕES de FREGUESIAS no XXV CONGRESSO da ASSOCIAÇÃO NACIONAL de MUNICÍPIOS PORTUGUESES (ANMP). O senhor Presidente da AML esclareceu as regras nos termos do Estatutos da ANMP, abrindo período de apresentação de propostas à mesa. Informou a designação que deu entrada na mesa, pelo GM do PS, que apresentou como membro efetivo o presidente da JF de Ferragudo, Luis Fliipe dos Santos Alberto e como membro suplente o presidente da UF de Lagoa e Carvoeiro, Joaquim João Lopes Paulo, que será designada por LISTA A. Face à ausência de mais Listas, o senhor Presidente da AML, esclareceu os procedimentos de votação, seguindo-se a votação, por



escrutínio secreto, e após o apuramento dos resultados, verificou-se o seguinte resultado: LISTA A, foi ELEITA por MAIORIA com 17 VOTOS SIM, 3 VOTOS NÃO e 5 VOTOS em BRANCO. -----

5º PONTO – DESIGNAÇÃO de CIDADÃS/CIDADÃOS para INTEGRAREM o CONSELHO MUNICIPAL de SEGURANÇA de LAGOA. O Presidente da AML esclareceu os normativos que a enquadram, abrindo período de apresentação de propostas à mesa. A DM Carlota Andrade, do GM da Coligação Democrática Unitária (CDU), apresentou verbalmente o cidadão João Andre Nascimento Cabrita; o DM Jorge Ramos, do GM do BE, apresentou verbalmente o cidadão Jorge Manuel de Jesus Teixeira Carrola; a DM Maria de Lurdes Alemão, do GM CHEGA, apresentou verbalmente o cidadão António Miguel Bicas Guerreiro; o DM José Inácio Eduardo, do GM do PSD, apresentou verbalmente o cidadão José Ilidio Silva Santos. O Presidente da AML informou que deram entrada na Mesa, por escrito, as seguintes indicações: por parte do GM do PS, apresentando o cidadão Fernando António Fernandes Damião e o GM MLP apresentou o cidadão Clemente Luis Bentes Camarinha. O Presidente da AML reiterou que as indicações verbais dessem entrada por escrito nos serviços da AML, com referência à identificação e contatos dos cidadãos indicados.

6º PONTO – DESIGNAÇÃO de REPRESENTANTES dos PARTIDOS POLÍTICOS, COLIGAÇÕES e GRUPOS de CIDADÃOS para INTEGRAREM a COMISSÃO MUNICIPAL de TOPONÍMIA. O Presidente da AML esclareceu os normativos que a enquadram, abrindo período de apresentação de propostas à mesa. A DM Carlota Andrade, do GM da CDU, apresentou verbalmente o cidadão Victor Carapinha; o DM Jorge Ramos, do GM do BE, apresentou verbalmente a cidadã Doris Rafael Peleira; a DM Maria de Lurdes Alemão, do GM CHEGA, não apresentou ninguém; o DM José Inácio Eduardo, do GM do PSD, apresentou verbalmente o cidadão José Benvindo dos Reis Santos. O Presidente da AML informou que deram entrada na mesa, por escrito, as seguintes indicações: por parte do GM do MLP, apresentando o cidadão Mário José dos Santos Martins e o GM do PS apresentou a cidadã Elsa Mª Vieira Mendes. O Presidente da AML reiterou que as indicações verbais dessem entrada por escrito nos serviços da AML, com referência à identificação e contatos dos cidadãos indicados.

7º PONTO – ELEIÇÃO de um REPRESENTANTE dos PRESIDENTES das JUNTAS e das UNIÕES de FREGUESIAS para INTEGRAR o CONSELHO MUNICIPAL de EDUCAÇÃO de LAGOA. O Presidente da AML esclareceu os normativos que a enquadram, abrindo período de apresentação de propostas à mesa, informando que deu entrada na mesa a proposta do GM do PS apresentando o presidente da UF de Lagoa e Carvoeiro, Joaquim João Paulo, que será designada por LISTA A. Face à ausência de mais Listas, o senhor Presidente da AML, esclareceu os procedimentos de votação, seguindo-se a votação, por escrutínio secreto, e após o apuramento dos resultados, verificou-se o seguinte resultado: LISTA A, foi ELEITA por MAIORIA com 17 VOTOS SIM, 1 VOTO NÃO e 7 VOTOS em BRANCO.

8º PONTO – ELEIÇÃO de um REPRESENTANTE dos PRESIDENTES das JUNTAS e das UNIÕES de FREGUESIAS para INTEGRAR a COMISSÃO MUNICIPAL de DEFESA da FLORESTA. O Presidente da AML esclareceu os



normativos que a enquadram, abrindo período de apresentação de propostas à mesa, informando que deu entrada na mesa a proposta do GM do PS que apresentou o presidente da JF de Porches, Luis José Soares Bentes, que será designada por LISTA A. Face à ausência de mais Listas, o senhor Presidente da AML, esclareceu os procedimentos de votação, seguindo-se a votação, por escrutínio secreto, e após o apuramento dos resultados, verificou-se o seguinte resultado: LISTA A, foi ELEITA por MAIORIA com 16 VOTOS SIM, 2 VOTOS NÃO e 7 VOTOS em BRANCO. 9º PONTO – ELEIÇÃO de um AUTARCA de FREGUESIA para INTEGRAR o CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL. O Presidente da AML esclareceu os normativos que a enquadram, abrindo período de apresentação de propostas à mesa, informando que deram entrada na mesa 2 propostas: 1 apresentada pelo GM do PS apresentando o Presidente da UF Estombar e Parchal, Joaquim Dimas Neto Varela, que será designada por LISTA A e 1 apresentada pelo GM do MLP apresentando o autarca da UF Estombar e Parchal, Clemente Luis Bentes Camarinha, que será designada por LISTA B. Face à ausência de mais Listas, o senhor Presidente da AML, esclareceu os procedimentos de votação, seguindo-se a votação, por escrutínio secreto, e após o apuramento dos resultados, verificou-se o seguinte resultado: LISTA A, foi ELEITA com 16 VOTOS, tendo a LISTA B, obtido, 3 VOTOS e verificaram-se 6 VOTOS em BRANCO. 10º PONTO – DESIGNAÇÃO de um REPRESENTANTE da ASSEMBLEIA MUNICIPAL para integrar a ACES BARLAVENTO - AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE BARLAVENTO. O Presidente da AML esclareceu os normativos que a enquadram, abrindo período de apresentação de propostas à mesa, informando que deu entrada na mesa a proposta do GM do PS, que apresentou, Luis Pedro Ribeiro, que será designada por LISTA A. Face à ausência de mais Listas, o senhor Presidente da AML, esclareceu os procedimentos de votação, seguindo-se a votação, por escrutínio secreto, e após o apuramento dos resultados, verificou-se o seguinte resultado: LISTA A, foi ELEITA por MAIORIA com 16 VOTOS SIM, 2 VOTOS NÃO e 7 VOTOS em BRANCO. -----

O Presidente da AML informou que estavam disponíveis, para consulta na Mesa, os boletins de voto das sucessivas votações, que poderiam ser consultados por qualquer DM não se tendo registado qualquer pedido de consulta. 11º PONTO – DESIGNAÇÃO de REPRESENTANTES dos PARTIDOS POLÍTICOS, COLIGAÇÕES e GRUPOS de CIDADÃOS para INTEGRAREM o CONSELHO MUNICIPAL de JUVENTUDE de LAGOA. O Presidente da AML esclareceu os normativos que a enquadram, abrindo período de apresentação de propostas à mesa, informando que deram entrada na mesa as seguintes propostas: do GM do PS, que apresentou o DM Ricardo Brás e do GM do MLP, apresentou um cidadão, que por não ser DM, não cumpre os requisitos suscetíveis de designação, não indicando outro nome. O GM da CDU, apresentou a DM Carlota Andrade; o GM do BE, apresentou o DM Jorge Ramos; o GM do PSD apresentou a DM Telma Viana e o GM CHEGA Não apresentou ninguém. 12º PONTO – CONSTITUIÇÃO da COMISSÃO PERMANENTE para as COMEMORAÇÕES do 25 de





ABRIL para o quadriênio 2021/2025. O presidente da AML defendeu/apresentou/enquadrou a proposta da mesa, abrindo período de intervenção/análise e, face à ausência de intervenções, a proposta foi colocada à votação tendo sido APROVADA por MAIORIA, 24 VOTOS a FAVOR e 1 VOTO em ABSTENÇÃO do DM José Alves Pinto. O Presidente da AML indicou para coordenador da Comissão e em representação da mesa o 1º secretário Pedro Lobato. O GM do PS indicou a DM Licínia Lourenço; o GM do PSD indicou a DM Telma Viana; o GM do MLP indicou o DM José Alves Pinto; o GM da CDU indicou a DM Carlota Andrade; o GM do BE indicou o DM Jorge Ramos e o GM CHEGA indicou a DM Maria Lurdes Alemão. 13º PONTO – DISCUSSÃO e APROVAÇÃO da COMISSÃO EVENTUAL para a ELABORAÇÃO do PROJETO de REGIMENTO da ASSEMBLEIA MUNICIPAL para o mandato 2021/2025. O presidente da AML defendeu/apresentou/enquadrou a proposta da mesa, abrindo período de intervenção/análise, verificando-se 1 intervenção do DM Diamantino Ruivinho, do GM MLP, que como ponto prévio solicitou que os documentos de suporte aos pontos da Ordem de Trabalhos desta e das sessões futuras das AML sejam fornecidos em suporte papel. Também manifestaram interesse no solicitado o GM da CDU, o GM CHEGA e o GM do PSD. O Presidente da AML, esclareceu que os documentos em suporte de papel passarão a estar à disposição dos interessados nos serviços da AML. Face à ausência de mais intervenções, a proposta foi colocada à votação tendo sido APROVADA por UNANIMIDADE, com 25 VOTOS a FAVOR, 16 do GM do PS, 3 do GM do MLP, 3 do GM do PSD, 1 do GM do CHEGA, 1 do GM do BE e 1 do GM da CDU. O Presidente da AML indicou para coordenadora da Comissão e em representação da Mesa a 2ª secretária Fátima Lopes. O GM da CDU apresentou a DM Carlota Andrade; o GM do BE apresentou o DM Jorge Ramos; o GM CHEGA apresentou a DM Maria Lurdes Alemão; o GM do PSD apresentou o DM Joaquim Cabrita; o GM do MLP apresentou a DM Rute Sobreira e o GM do PS apresentou o DM Tiago Lopes. 14º PONTO – APRECIÇÃO da SITUAÇÃO FINANCEIRA da CÂMARA MUNICIPAL a 30 de junho de 2021. O Presidente da AML abriu período de análise/discussão e verificaram-se 7 intervenções, 2 do GM do PS, DM Carlos Ramos; 3 do GM do MLP, 1 DM José A. Pinto e 2 do DM Diamantino Ruivinho, 1 após a intervenção do Presidente da CML e 2 do GM do BE, DM Jorge Ramos, 1 após a intervenção do Presidente da CML. O Presidente da AML deu a palavra ao Presidente da CML para esclarecimentos/informações, que o efetuou por 2 vezes e, face à ausência de mais intervenções, o Presidente da AML, ao abrigo do Regimento da AML (artº 26, nº 2) pôs à análise/aprovação do PROLONGAMENTO dos trabalhos desta AML por MAIS 1 HORA, que foi APROVADA por UNANIMIDADE, com 25 VOTOS a FAVOR, 16 do GM do PS, 3 do GM do MLP, 3 do GM do PSD, 1 do GM do CHEGA, 1 do GM do BE e 1 do GM da CDU. 15º PONTO – APRECIÇÃO do RELATÓRIO de EXECUÇÃO das ÁREAS de REABILITAÇÃO URBANA 2018/2020. O Presidente da AML abriu período de análise/discussão, verificando-se 1 intervenção, por parte do GM do BE, DM Jorge Ramos e, face à ausência de mais intervenções, o Presidente da AML



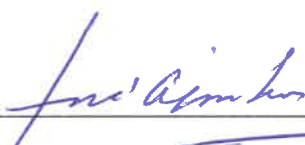
passou para o ponto seguinte: 16º PONTO – APRECIÇÃO e DELIBERAÇÃO, sob proposta da CÂMARA MUNICIPAL, da DELEGAÇÃO no PRESIDENTE da CÂMARA MUNICIPAL da COMPETÊNCIA da ASSEMBLEIA MUNICIPAL, prevista na alínea c) do nº 1, do artº 6º da Lei nº 8/2021, de 21 de fevereiro (COMPROMISSOS PLURIANUAIS), nos termos e para os efeitos do disposto no artº 6º, nº3, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. O Presidente da AML deu a palavra ao Presidente da CML para defesa da proposta e após aberto período de análise/discussão e, face à ausência de intenções de intervenção, a proposta foi colocada à votação tendo sido APROVADA por MAIORIA, com 19 VOTOS a FAVOR, 16 do GM do PS e 3 do GM do MLP, 4 VOTOS CONTRA, 3 do GM do PSD e 1 do GM do CHEGA e 2 VOTOS em ABSTENÇÃO, 1 do GM do BE e 1 do GM da CDU. Nenhuma DECLARAÇÃO de VOTO foi apresentada. O Presidente da AML informou que deu entrada na mesa um Requerimento apresentado pelo GM MLP, de forma à CML prestar um conjunto de informações, informando ainda que o referido Requerimento será divulgado por todos os DM e remetido à CML para resposta. 17º PONTO – APRECIÇÃO e DELIBERAÇÃO, sob proposta da CÂMARA MUNICIPAL, da AUTORIZAÇÃO PRÉVIA do COMPROMISSO PLURIANUAL, previsto na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo à CANDIDATURA ao PROGRAMA MUNICIPAL de APOIO ao ARRENDAMENTO, pelo valor global de 1.440,00 €, sendo o valor mensal de 120,00 €, entre setembro de 2021 e agosto de 2022, referente ao Processo nº /2021/650.10.105/61. O Presidente da AML abriu período de análise/discussão e, face à ausência de intenções de intervenção, a proposta foi colocada à votação tendo sido APROVADA por UNANIMIDADE, com 25 VOTOS a FAVOR, 16 do GM do PS, 3 do GM do MLP, 3 do GM do PSD, 1 do GM do CHEGA, 1 do GM do BE e 1 do GM da CDU. Nenhuma DECLARAÇÃO de VOTO foi apresentada. 18º PONTO – APRECIÇÃO e DELIBERAÇÃO, sob proposta da CÂMARA MUNICIPAL, da AUTORIZAÇÃO PRÉVIA do COMPROMISSO PLURIANUAL, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo à CANDIDATURA à ATRIBUIÇÃO de INCENTIVO à NATALIDADE, pelo valor global de 2.000,00 €, sendo o valor mensal de 250,00 €, nos anos de 2021 e 2022, referente aos Processos nºs /2021/650.10.209/110 e /2021/650.10.209/111. O Presidente da AML comunicou que tinha sido detetado um erro material de escrita na redação deste ponto, dele constando o “valor mensal de 250,00 € nos anos de 2021 e 2022”, quando efetivamente se pretendia dizer, tal como consta na proposta da Câmara Municipal, o valor de 850,00 € no ano de 2021 e de 1.150,00 € no ano de 2022. Assim, o ponto 18º passa a ter a seguinte redação: APRECIÇÃO e DELIBERAÇÃO, sob proposta da CÂMARA MUNICIPAL, da AUTORIZAÇÃO PRÉVIA do COMPROMISSO PLURIANUAL, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo à CANDIDATURA à ATRIBUIÇÃO de INCENTIVO à NATALIDADE, pelo valor global de 2.000,00 €, sendo 850,00 € no ano de 2021 e 1.150,00 € no ano de 2022, referente aos Processos nºs /2021/650.10.209/110 e /2021/650.10.209/111. O Presidente da AML apresentou a proposta de metodologia que, o



ponto seja analisado/discutido em conjunto e votado em separado, processo a processo e, aberto período de análise/discussão da proposta de metodologia e, face à ausência de intenções de intervenção, a proposta foi colocada à votação tendo sido APROVADA por UNANIMIDADE. Face à ausência de intenções de intervenção, os pontos/processos foram colocados à votação tendo-se verificado os seguintes resultados: Processo nº /2021/650.10.209/110, APROVADO por UNANIMIDADE, com 25 VOTOS a FAVOR, 16 do GM do PS, 3 do GM do MLP, 3 do GM do PSD, 1 do GM do CHEGA, 1 do GM do BE e 1 do GM da CDU. Processo nº /2021/650.10.209/111, APROVADO por UNANIMIDADE, com 25 VOTOS a FAVOR, 16 do GM do PS, 3 do GM do MLP, 3 do GM do PSD, 1 do GM do CHEGA, 1 do GM do BE e 1 do GM da CDU. Nenhuma DECLARAÇÃO de VOTO foi apresentada. Sendo 00:18 horas, o senhor Presidente da AML declarou ENCERRADA a reunião. No termo da Sessão, a ATA em MINUTA foi lida e submetida à votação, nos termos do disposto no artigo 34º, nº 4 do Código do Procedimento Administrativo, tendo sido APROVADA por UNANIMIDADE, com 25 VOTOS a FAVOR, 16 do GM do PS, 3 do GM do MLP, 3 do GM do PSD, 1 do GM do CHEGA, 1 do GM do BE e 1 do GM da CDU.>>-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou encerrada a sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 10 de novembro de 2021, desejando uma boa noite a todos.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

  
-----  
José Manuel Correia Águas da Cruz

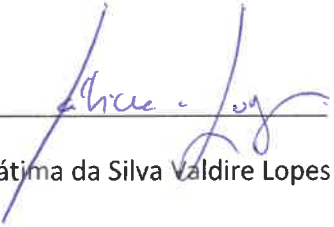
O 1º Secretário,

  
-----

Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato



A 2ª Secretária,

  
\_\_\_\_\_  
Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes



